

ARQUITETURA E POLÍTICA

Josep Maria Montaner é arquiteto, escritor e catedrático da Escola Técnica Superior d'Arquitectura de Barcelona (ETSAB – UPC). Foi professor convidado em diversas universidades da Europa, América e Ásia. Além disso, é autor de livros já traduzidos para vários idiomas como *Sistemas arquitetônicos contemporâneos* (2010) e *A modernidade superada* (2013), ambos publicados pela Editora Gustavo Gili, e escreve regularmente em revistas de arquitetura e nos jornais espanhóis *El País* e *La Vanguardia*.

Zaida Muxí é arquiteta e professora titular de Urbanismo na Escola Técnica Superior d'Arquitectura de Barcelona (ETSAB – UPC). Especialista em urbanismo e gênero, é autora de *La arquitectura de la ciudad global* (Editorial Gustavo Gili, 2004) e escreve regularmente em revistas especializadas em arquitetura e no jornal *La Vanguardia*.



www.ggili.com.br

ENSAIOS PARA MUNDOS ALTERNATIVOS

ARQUITETURA
E POLÍTICA

MONTANER · MUXÍ

GG

ARQUITETURA E POLÍTICA

ENSAIOS
PARA
MUNDOS
ALTERNATIVOS

JOSEP MARIA MONTANER · ZAIDA MUXÍ

Arquitetura e política aborda uma das questões-chave da arquitetura contemporânea: a responsabilidade dos arquitetos para com a sociedade. Nestes cinco capítulos — Histórias, Mundos, Metrôpoles, Vulnerabilidades e Alternativas — a obra segue um percurso histórico, que abrange desde o papel social dos arquitetos e urbanistas até a atual era da globalização. Por meio de temas como vida comunitária, participação, igualdade de gênero e sustentabilidade, o livro trata tanto das vulnerabilidades contemporâneas como das alternativas já experimentadas. Daí seu subtítulo *Ensaio para mundos alternativos*.

GG

A CIDADE PRÓXIMA: O URBANISMO SEM GÊNERO

NOMEAR A CIDADE NO FEMININO¹

O gênero é a construção cultural de papéis atribuídos aos sexos que outorga espaços e estabelece prioridades: o privado e o público, pares complementares e antagônicos; ao mesmo tempo, o cotidiano, o interior e o privado são secundários e relativos; o exterior e o público são principais e importantes, e, portanto, só podem ser formulados a partir de teorias neutras, racionais e abstratas, e não a partir da experiência pessoal. Essa valorização discriminadora encontra sua formalização na ordem doméstica e na urbana, duas figuras complementares e inseparáveis.

A construção dos gêneros articula-se de acordo com as hierarquias que a estrutura patriarcal traz consigo, e os papéis de gênero são uma definição sociocultural sobre aquilo que é apropriado para cada sexo. A cada papel corresponde um espaço: a casa e a cidade. Nessa organização excludente, o sujeito público é o homem, o sujeito do discurso da história que converte o parcial em universal. “O que conhecemos como ‘homem’ e o que conhecemos como ‘mulher’ não consiste em um conjunto de atributos, em um conjunto de objetos predominantemente naturais, mas trata-se, em grande parte, de construções culturais [...]. Segundo o pensamento da diferença sexual, o sujeito do conhecimento não seria um ser neutro universal, mas sexuado, e o conhecimento que esse sujeito pretensamente universal produziu ao longo da história seria somente um conhecimento masculino, no qual nós, mulheres, não nos reconhecemos. Nas sociedades patriarcais, os

¹ Este título foi tomado do livro de Rivera Garreta, María Milagros. *Nombrar el mundo en femenino. Pensamiento de mujeres y teoría feminista*, 2ª ed. Barcelona, Icaria, 2003.

homens teriam construído sua identidade masculina como única identidade possível, e teriam negado às mulheres uma subjetividade própria".²

O desafio consiste em construir um espaço sem gênero nem ordem patriarcal; portanto, um espaço sem hierarquias, horizontal, um espaço que evidencie as diferenças, e não as desigualdades, um espaço de todos e de todas em igualdade de valoração de olhares, saberes e experiências. O objetivo é ressignificar a construção de nossas cidades a partir da experiência que os homens e as mulheres têm do mundo – duas maneiras de enunciar a realidade.

Isso envolveria de afirmar uma experiência de corpos sexuados que significasse o reconhecimento das diferenças, da identidade escolhida e construída, que possibilitará uma empatia autêntica com os outros e permitirá a pertença ou vinculação a grupos ou a conjuntos sociais a partir de uma verdadeira sintonia e escolha, e não a partir da imposição de uma hierarquia cultural, educativa e social.

A representação histórica – por meio da pintura – e a contemporânea – por meio da publicidade – situam os espaços atribuídos a cada gênero: a rua para os homens; a rua e o interior controlados para as mulheres.³

As janelas – reais ou metafóricas – são o espaço por meio do qual o feminino, como modelo cultural e hierárquico, acessa o exterior: a mulher vive o exterior através das experiências do homem da casa, observa a rua da janela e da televisão; a mulher vive uma realidade mediada e vivida por outros, uma realidade que não lhe cabe. Essa é a construção ideal buscada pelas hierarquias dominantes; mesmo que se desconheça ou se negue, as mulheres estiveram e estão presentes no espaço público. O exterior urbano é o espaço onde as mulheres desenvolvem, indefectivelmente, os trabalhos complementários do papel atribuído. Como ser ativo na produção econômica de muitas sociedades, da mesma forma que em revoluções políticas e civis modernas, a presença das mulheres foi imprescindível para a promoção de importantes mudanças, nas quais não se reconhece sua participação.

Em suma, as mulheres estiveram presentes de uma forma ativa em todos os momentos historicamente decisivos da cultura ocidental, mas foram ocultas. O problema ainda persiste na atualidade; só se reconhece uma

² *Ibid.*

³ Pense na diferente conotação das expressões "homem público", da rua, e "mulher pública", da rua.

maneira de fazer e explicar as coisas, e aquelas mulheres que quebraram tabus e hierarquias foram silenciadas e afastadas.

A categoria de análise mais difícil é a da mulher. A teoria de gêneros apresenta a dificuldade de separar qual parte do pensamento "feminino ou de mulheres" é própria e qual é a atribuída pelos papéis culturais, patriarcais e hierárquicos. Segundo María Milagros Rivera Garreta, "pensar em outros termos apresenta o problema de se é possível pensar de fora da cultura, da ordem simbólica em que nós, mulheres, fomos socializadas; nesse caso, de fora da ordem patriarcal. Há quem sustente que não, que nada escapa à marca da cultura que temos, pois é ela que nos humaniza [...]. Há quem sustente que é possível um 'pensamento de fora', fora do espaço clássico das representações [...]. O pensamento das mulheres procurou [...] operar em outros termos; assim, pensar fora do sistema é possível".⁴

Tornar visível a diferença é o primeiro passo para a construção de uma ordem simbólica diferente em que as mulheres possam se expressar a partir de sua experiência de vida. A pós-modernidade comporta assumir as diferenças, constitui o fim do olhar único e dominante, e deveria nos possibilitar reivindicar a primeira diferença – ser homem e ser mulher –, sem por isso aceitar que tal diferença signifique desigualdade. A partir da construção deste mundo de dois – um que, por sua vez, é múltiplo e, às vezes, complementar, embora essencialmente diferente –, podemos começar a pensar em falar de processos de igualdade. "Na nossa época, a experiência pessoal, seu estatuto de originalidade, encontra-se muito desprestigiada. O que contribuiu principalmente para esse desprestígio foi o estruturalismo e a crise da subjetividade, o desmoronamento da identidade estável, tudo isso que se costuma chamar de 'a morte do autor': um pensamento que antepõe as estruturas do discurso ao indivíduo que fala, acusando de essencialista o recurso à própria experiência como justificação de algo. Por outro lado, a experiência feminina pessoal vive na prática política do movimento de mulheres".⁵

Perante a valoração excessiva do saber racionalizado universalizado pelo poder, é preciso valorizar a experiência real do outro. A possibilidade de se expressar começa com poder descrever a própria experiência, valorizar as transmissões de saberes não regulamentados e ativar a capacidade crítica a partir de cada olhar.

⁴ *Ibid.*

⁵ *Ibid.*

BREVE RESENHA DAS COLABORAÇÕES DE MULHERES AO PENSAMENTO URBANO

A invisibilidade das mulheres não só ocorre com a mulher individual, mas também na formação acadêmica recebida pelas mulheres que contribuíram e contribuem para o pensamento da cidade.

Nesse sentido, Dolores Hayden e Daphne Spain realizam, há décadas, um trabalho louvável para tornar visíveis as colaborações das mulheres pioneiras no pensamento e na ação da nova cidade norte-americana. Não se podia deixar passar a oportunidade de um novo mundo, e isso foi compreendido por muitos homens e mulheres que participaram conjuntamente de projetos de novos modos de viver que entendiam a casa como célula básica do tecido urbano e que, se essa casa mudasse, era possível pensar uma estrutura urbana – e social – diferente.

Dolores Hayden trabalhou com a memória de cidadãos que nunca foram levados em consideração. Em seu livro *The Power of Place*,⁶ constrói uma nova paisagem da memória da cidade de Los Angeles a partir de trabalhos participativos. Seus trabalhos pioneiros mostram que o discurso único não é representativo e que significa o domínio de uns sobre outros.

Em seu livro *Redesigning the American Dream: The Future of Housing, Work, and Family*,⁷ Hayden examina como as mulheres foram excluídas sistematicamente ou foram induzidas a se sentir inseguras nos ambientes urbanos. Em 1981, escreveu um ensaio que começava assim: “Durante o último século, um dos princípios mais importantes do projeto arquitetônico e do urbanismo nos Estados Unidos foi ‘O lugar da mulher é o lar’. Um princípio mais implícito que explícito de uma profissão conservadora e dominada pelos homens [...]. Essa questão gerou muito menos debate que outros princípios organizativos da cidade norte-americana contemporânea, em uma era do monopólio capitalista, que inclui a pressão destruidora da urbanização de terrenos privados, a dependência fetichista de milhões de veículos privados e o uso desmedido da energia [...]. Ao deixar de ouvir essa norma, as

⁶ Hayden, Dolores. *The Power of Place: Urban Landscapes as Public History*. Cambridge (Mass.), The MIT Press, 1998. Veja também: Hayden, Dolores. *The Grand Domestic Revolution: A History of Feminist Designs for American Homes, Neighborhoods, and Cities*. Cambridge, The MIT Press, 1982.

⁷ Hayden, Dolores. *Redesigning the American Dream: The Future of Housing, Work, and Family*. Nova York, Norton & Company, 1984.

mulheres ingressaram em massa na força laboral paga. Edifícios, bairros e cidades eram projetados para manter as mulheres no lar, constringendo-as física, social e economicamente [...]. O remédio para essa situação é desenvolver um novo paradigma do lar, do bairro e da cidade [...] que deverá dar suporte, mais do que restringir, as atividades das mulheres trabalhadoras e de suas famílias”.⁸

Por outro lado, em seu livro *How Women Saved the City*,⁹ Daphne Spain revela o papel imprescindível das mulheres na melhoria da qualidade de vida nas grandes cidades do leste dos Estados Unidos na passagem do século XIX para o XX. Em pleno auge do movimento City Beautiful, as mulheres constataavam como a cidade real era invisível: carecia de higiene, espaços de cuidado e jogos para os filhos de mães trabalhadoras, e era preciso que a cidade fosse um suporte para a vida cotidiana. Realizaram-se campanhas para melhorar a cidade real: construíram-se banheiros públicos, limpavam-se as ruas, propôs-se que se limpassem os casarões vazios para utilizá-los como espaços para jogos infantis e criaram-se creches para os filhos das mães trabalhadoras.

Uma das colaborações mais significativas e reconhecidas foi a de Jane Jacobs, que, em 1961, escreveu *Morte e vida de grandes cidades*.¹⁰ Ao lado de toda uma série de escritos surgidos nessa década, esse livro faz parte do corpo de conhecimento crítico e independente que influenciou o pensamento urbanístico que questiona a cidade da função e da máquina, aquela que esquece seus habitantes.

Outra contribuição imprescindível foi dada por Denise Scott Brown aos trabalhos que realizou em colaboração com Robert Venturi, especialmente em *Aprendendo com Las Vegas*, um livro realizado em colaboração com Steven Izenour em 1972. O olhar de Denise Scott Brown, mais popular e acostumado a ressaltar e aprender com as contribuições das pessoas comuns, somou-se ao conhecimento mais claro e acadêmico de Robert Venturi; a união de ambos os olhares é o selo que assina o enorme impacto desse estudo.

⁸ Hayden, Dolores. “What Would a Non Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design and Human Work”. *Journal of Women in Culture and Society*, v. 5, n. 3, primavera de 1980, pp. 170-187.

⁹ Spain, Daphne. *How Women Saved the City*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2001.

¹⁰ Jacobs, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. Londres, Pimlico, 1961 (edição em português: *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo, Martins Fontes, 2000).

A falta de reconhecimento do trabalho compartilhado fez com que Denise Scott Brown realizasse o seguinte esclarecimento no prólogo da edição de 1977: "A nota de Robert Venturi sobre a autoria da primeira edição, com seu reconhecimento de coautores e colaboradores, foi praticamente ignorada por quase todos aqueles que resenharam o livro. Os ressentimentos pessoais perante o cavalheiresco tratamento dado à minha contribuição e às contribuições que, em geral, foram dadas por arquitetos e jornalistas, levaram-me a analisar a estrutura social da profissão, sua dominação por machos da classe alta e a ênfase de seus membros no Star System arquitetônico. O resultado foi um artigo intitulado *Sexism and the Star System in Architecture*".¹¹

Outras colaborações importantes para o urbanismo a partir da perspectiva das mulheres foram dadas no campo da geografia urbana feminista, sendo precursoras as acadêmicas britânicas, que começaram relatando questões derivadas da própria existência: "Recordo com clareza um espetáculo que costumava me impressionar muito quando eu tinha nove ou dez anos. Eu morava, então, nos arredores de Manchester, e 'ir à cidade' era um acontecimento [...]. No trajeto, cruzávamos o vale plano do rio Mersey [...]. Toda essa planície, toda a extensão de Manchester dividia-se em campos de futebol e de rúgbi [...], coberta até onde a vista alcançava de centenas de pessoas pequeninas que corriam de cá para lá atrás de balões [...]. Eu não ia a esses campos de jogo; parecia que estavam vedados a mim, que pertenciam a outro mundo [...]. Minha pretensão limita-se a afirmar que espaço e lugar, os espaços e os lugares, bem como o sentido que temos deles, estruturam-se frequentemente sobre a base do gênero [...]. Essa estrutura de gênero do espaço e do lugar simultaneamente reflete as maneiras como o gênero se constrói e se entende em nossas sociedades e como tem efeitos sobre elas".¹²

¹¹ Prólogo à edição revisada de 1977 do livro: Venturi, Robert; Izenour, Steven e Scott Brown, Denise. *Learning from Las Vegas: The Forgotten Symbolism of Architectural Form*. Cambridge (Mass.), The MIT Press, 1977 (edição em espanhol: *Aprendiendo de Las Vegas. El simbolismo olvidado de la forma arquitectónica*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1998) (edição em português: *Aprendendo com Las Vegas*. São Paulo, Cosac & Naify, 2003).

¹² Massey, Doreen B. "Space, Place and Gender". *Debate Feminista*, ano 9, v. 17, abr. 1998.

Desde que a Espanha recuperou a democracia, se tornou visível um pensamento feminista que também chegou à arquitetura e ao urbanismo.¹³

Antes da Guerra Civil Espanhola, três mulheres se graduaram na Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid; a primeira delas foi Matilde Ucelay (1912-2008). No entanto, foi só em 1964 que começaram a sair, muito aos poucos, arquitetas formadas das escolas espanholas. Esse atraso acadêmico fez com que a formação das futuras arquitetas estivesse marcada pela visão masculina e pretensamente neutra do ensino e, portanto, da profissão, o que implicou o ocultamento de sensibilidades e de olhares que a academia não avalizou.

Dentre as muito diversas colaborações para um urbanismo com uma visão de gênero no território espanhol, destaca-se a conferência "Mulher e moradia"¹⁴ que Anna Bofill apresentou nas I Jornadas de Feministas Independientes, em Barcelona (1980), em que propunha um olhar diferente das mulheres sobre o entorno e evidenciava a relação entre a estrutura patriarcal e a forma de nossas cidades. Em 1984, nas jornadas interdisciplinares organizadas pelo Seminario de Estudios de la Mujer da Universidade Autônoma de Madri, fez-se uma primeira incursão sobre o uso do espaço na vida cotidiana. A antropóloga Teresa del Valle publicou os estudos *Las mujeres en la ciudad. Estudio aplicado de Donostia e Andamios para una nueva ciudad*,¹⁵ e Isabel Segura publicou *Guía de Mujeres de Barcelona*,¹⁶ na qual busca e segue as pegadas das mulheres pela cidade desde a época romana até a atualidade, tornando visível aquilo que há além do monumento, nas margens da história tradicional.

Na década de 1990, celebraram-se encontros e jornadas periódicos em diferentes cidades. Em 1997, celebrou-se o encontro "La Ciudad con, de, desde, para, según las Mujeres", em Vitoria; nesse mesmo ano, a associação La Mujer Construye, de Madri, organizou os primeiros Encuentros de Muje-

¹³ Bofill Levi, Anna. *Planejament urbanístic, espais urbans i espais interiors des de la perspectiva de les dones*. Barcelona, Quaderns de l'Institut. Institut Català de les Dones/Departament de Política Territorial i Obres Públiques, 2005.

¹⁴ Bofill Levi, Anna. "Dona i habitatge". *Quaderns d'Alliberament*, n. 6, Barcelona, 1981.

¹⁵ Del Valle, Teresa. *Las mujeres en la ciudad. Estudio aplicado de Donostia*. San Sebastián, SEM/EBIM, 1991; e *Andamios para una nueva ciudad. Lecturas desde la antropología*. Madri, Alianza, 1997.

¹⁶ Segura, Isabel. *Guía de Mujeres de Barcelona: recorridos históricos*. Barcelona, Ajuntament de Barcelona, 1995.

res em Arquitectura. Em 1999, em Barcelona, realizou-se o primeiro Congresso de las Mujeres de Barcelona, resultado da participação dos conselhos de mulheres dos dez distritos da cidade, no qual se apresentou a conferência "El espacio urbano, los tiempos y las mujeres", com diferentes propostas sobre moradia, espaço urbano, acessibilidade e segurança urbana. Nesse ano, a Fundació Maria Aurèlia Capmany publicou o *Manual de recomendaciones para la concepción de los aglomerados urbanos desde la perspectiva de género*, resultado do projeto europeu Las Mujeres y la Ciudad, realizado por Anna Bofill, Isabel Segura e Rosa M. Dumenjó.

Em 2005, celebraram-se em Barcelona as I Jornadas de Urbanismo y Género, organizadas pela Diputació de Barcelona e coordenadas por Isabela Velázquez, que tiveram um grande impacto midiático e contaram com a participação de técnicas nacionais e estrangeiras de um amplo leque profissional. A peculiaridade dessas jornadas foi o envolvimento de diferentes organismos e o fato de sua ampla difusão fazer com que não se limitasse a um saber compartilhado por poucas pessoas, mas que fosse uma discussão aberta. O impacto desse congresso se deveu, em parte, à abertura de âmbitos políticos estatais, autônomos e municipais do debate sobre a igualdade, cuja ferramenta fundamental foi a Lei Orgânica 3/2007, de 22 de março, para a igualdade efetiva de mulheres e homens.

Entre as arquitetas, urbanistas e professoras que levantam uma voz dissidente perante a neutralidade imposta, destaca-se o trabalho de Inés Sánchez de Madariaga,¹⁷ que realizou numerosas pesquisas e escritos sobre o tema urbanismo e gênero e atuou politicamente na tentativa de desmascarar as redes patriarcais de poder. Também se devem mencionar grupos de mulheres que, no âmbito de um trabalho técnico e cívico, incentivam tanto a participação das mulheres como a abordagem das questões urbanas de outro ponto de vista; dentre outros, encontram-se: Grupo Suburbana, de Sevilha; Col·lectiu Punt 6, da Catalunha; Precarias a la Deriva, de Madri; e Hiria Kolectivoa, do País Basco.

¹⁷ Sánchez de Madariaga, Inés et al. *Ciudades para las personas. Género y urbanismo: estado de la cuestión*. Madri, Instituto de la Mujer, 2004.

PROPOSTAS DE VIDA COMUNITÁRIA

Dando continuidade ao conteúdo do capítulo sobre "As tradições alternativas de vida comunitária", pensadas para a igualdade real de oportunidades para homens e mulheres, a primeira obra que se deve destacar é o edifício de moradias Margarete Schütte-Lihotzky Hof, em Viena, um exemplo feito por e para mulheres. No início da década de 1990, o Instituto da Mulher da prefeitura de Viena fez uma análise da produção de moradia pública, dirigida por Eva Kail. Em Viena, a produção de moradias públicas é muito importante, e, ao se indagar sobre sua autoria, percebeu-se que entre os projetistas das grandes obras de moradia pública não havia mulheres. Perante essa evidente discriminação sem justificativa, decidiu-se realizar uma seleção de arquitetas para a organização do concurso de um plano geral em que fossem definidas as condições das moradias pensadas para facilitar a conciliação e a vida cotidiana das mulheres.

O projeto, de aproximadamente trezentas e cinquenta unidades de moradia, foi desenvolvido entre 1993 e 1997, e as motivações fundamentais para se fazer um projeto de moradias pensado por mulheres e para mulheres foram duas. A primeira estava relacionada com as mudanças sociais e de papéis da mulher na sociedade contemporânea e reconhecia que, no processo convencional de planejamento urbano e construção, mal se levavam em conta suas necessidades e problemas específicos. Grande parte dessas necessidades específicas deriva da imposição de papéis e responsabilidades de gênero: o cuidado do lar e da família. A "mulher ideal" de hoje já não é a dona de casa recatada de antigamente, mas aquela que trabalha e, ao mesmo tempo, cuida eficazmente da casa. Em Viena, dedicam-se 39 horas semanais às atividades relacionadas ao lar, e 76% destas recaem sobre as mulheres. Os conflitos espaciais surgem em decorrência da ruptura dos domínios tradicionais do homem e da mulher, e, para evitá-los e conseguir a repartição igualitária do tempo do trabalho e da família, são necessárias estruturas urbanas que permitam e facilitem que ambos escolham livremente como organizar suas vidas. A segunda motivação é a ausência de mulheres entre os especialistas em processos de planejamento e projeto de bairros e moradias.

O projeto urbano vencedor foi apresentado por Franziska Ullmann, e o conjunto foi dividido entre as quatro arquitetas participantes do concurso: a própria Ullmann, Gisela Podreka, Elsa Prochazka e Liselotte Peretti. Os critérios essenciais do projeto foram as múltiplas facetas da vida cotidiana da

mulher tanto nos processos de planejamento urbanístico como na construção de moradias. O objetivo era demonstrar que os critérios para uma moradia adaptada para a mulher não constituem apenas um manifesto teórico, mas podem ser levados à prática. O projeto incluía a participação das futuras usuárias e usuários como um dado fundamental e necessário, e entre as características de projeto mais específicas destacava-se a proposta de usos mistos do solo, que rompe a rígida funcionalização da cidade; isto é, no mesmo complexo construído, convivem as moradias com espaços para o trabalho reprodutivo, de lazer, instalações educativas, um centro de saúde, uma delegacia da polícia local, estabelecimentos comerciais e espaços para o trabalho remunerado. Para que esse requisito fosse possível, as arquitetas participantes do concurso tiveram de solicitar uma modificação do regulamento que possibilitasse o uso misto do solo, sem o qual era impossível pensar propostas no sentido indicado. O espaço comunitário estava projetado com critérios sustentáveis e previram-se espaços para diferentes idades, adequando seu projeto aos usos e aos diferentes usuários: para os adolescentes, lugares de jogo próximos aos acessos; para as crianças, espaços mais resguardados; e para as pessoas mais velhas, áreas mais tranquilas.

Buscou-se uma variedade de tipologias com a máxima flexibilidade de uso e com a máxima relação entre as cozinhas das moradias e os espaços de jogo das crianças menores. Cada edifício conta com um espaço comunitário cujo uso é decidido pela comunidade. Os espaços intermediários ou de passagem são superdimensionados para servirem de espaços de jogos alternativos para as crianças em dias de mau tempo. Em cada andar, estão previstos espaços comuns de armazenagem de grandes volumes e, no térreo, de bicicletas, carrinhos, triciclos etc., tudo projetado pensando na máxima visibilidade, na transparência e na garantia da segurança das pessoas. E o mais impactante é que o espaço interior aberto é autenticamente público, de passagem, de jogo e para descansar. A partir da aprendizagem dessa primeira experiência deu-se continuidade ao programa, e, em março de 2009, a construção do terceiro conjunto com essas características foi finalizada.

Outro exemplo é o Sargfabrik, também em Viena, que responde à iniciativa cooperativa de um grupo de habitantes que compraram uma antiga fábrica de ataúdes e a transformaram em um edifício de moradias com instalações compartilhadas. Nesse caso, o processo participativo foi determinante e contou com assessores dessa área e um contrato especial com os

arquitetos autores do projeto: BKK3. Trata-se de um modelo de inovação a partir da gestão, do projeto e do uso. Cada moradia tem uma cozinha e seu tamanho varia em função das necessidades temporárias de cada família. Cada grupo familiar pode acrescentar outro espaço ou desdobrar a casa, isto é, deixar em uma parte o espaço para morar junto com os banheiros e dispor um espaço de trabalho em outro lugar. O pavimento de cobertura inclui uma sauna, banhos turcos, uma sala de ginástica e espaços de jogo, e na varanda há uma horta cuidada pelos habitantes que assim o desejarem. O conjunto também conta com um refeitório comunitário.

Essa moradia coletiva não é um modelo repetível, mas um exemplo de um grupo de pessoas que se reúnem para viver e configurar as moradias de acordo com suas necessidades e prioridades. É um edifício que está sempre aberto, onde as crianças brincam no espaço intermediário compartilhado.

A partir dessa experiência, realizou-se outra, de tamanho menor, chamada MissSargfabrik, que teve o mesmo modelo de gestão e participação, embora com um programa diferente, derivado das necessidades de seus habitantes.

Em suma, se o modelo único de família não existe, e menos ainda em nossa sociedade contemporânea global, a moradia deve ser repensada de maneira não preconceituosa, sem se esquecer de que as tarefas do lar dão trabalho, tomam tempo e precisam de espaços pensados a partir de seu reconhecimento e conhecimento. Estamos buscando a criação de espaços para viver que não perpetuem a desigualdade de oportunidades entre mulheres e homens, que tornem as pessoas mais livres e sociais. Porém, para isso, não podemos esquecer que já existe uma longa tradição de moradias comunitárias e que, na atualidade, existem exemplos contemporâneos magníficos.

A CIDADE DO TERCEIRO MILÊNIO

O olhar da experiência feminina sobre a cidade construída tende a uma adequação do entorno construído a fim de melhorar a igualdade de oportunidades no uso e no aproveitamento. Em uma primeira aproximação, isso implica tornar visíveis as necessidades de todos aqueles que não são levados em consideração pelo pensamento dominante. Em grande parte, a cidade é planejada para um homem (papel de gênero, não de sexo) de média idade, em plenas condições físicas, com um trabalho estável e bem remunerado que lhe permite ter carro privado e com uma esposa que o aguarda em casa com

tudo feito e preparado. Uma amostra disso é a proporção de investimento público ligado a melhorias viárias para veículos privados – ruas, rodovias, túneis, anéis viários etc. – comparada à do transporte público mais eficiente, que chega a mais pontos e com maior frequência. A proporção de usuários de veículos privados é majoritariamente masculina e corresponde a uma mínima parte do total da população. Assim, fica claro para quem a cidade e o território são projetados.

Em razão de sua vivência como acompanhantes e pela atribuição que têm, ligada ao gênero, as mulheres põem em evidência as dificuldades e necessidades de outras mulheres que apresentam um olhar não neutro nem universal. A mulher mãe, cuidadora e nutridora, fala a partir de experiências compartilhadas: calçadas insuficientes para acompanhar a quem precisa de ajuda, passar com carrinhos de bebê, cadeiras de roda ou carrinhos de compra; a iluminação das ruas, que continua priorizando a pista em detrimento da calçada (como, por exemplo, a iluminação com faróis de estrada em ruas com calçadas arborizadas, que ilumina escassamente o espaço para os pedestres, ou então a iluminação escalonada, que cria áreas de contraste luminoso). Os transportes públicos continuam priorizando os deslocamentos considerados obrigatórios – aqueles que ligam áreas residenciais a áreas de trabalho e de estudo em horário de pico –, sem considerar os deslocamentos das mulheres – mais complexos e, por isso, mais difíceis de ser analisados e de receber uma solução –, cujos percursos nunca vão de um ponto a outro, mas ocorrem em ziguezague, aproveitando o espaço entre as atividades para desempenhar outras. Frequentemente, os percursos até as escolas estão cheios de obstáculos, dificuldades e perigos, e pode-se chegar ao extremo de situar uma escola em uma via rápida com uma calçada estreita. Que distância as pessoas precisam andar para chegar a uma faixa de pedestres? Sabemos que quanto menor o número de semáforos, mais fluido é o trânsito, e, portanto, mais rápido. Desse modo, perguntamos de novo: para quem a cidade é pensada?

A segurança e a percepção da cidade são muito diferentes para as mulheres e para os homens, de maneira que é importante que se conheçam suas experiências ao planejar espaços públicos. Usos, limites, transparência, visibilidade e iluminação são variáveis que devem ser levadas em conta de acordo com a experiência das mulheres.

A política do tempo e dos horários é outra complicação.¹⁸ A conjugação de horários de colégios, atividades extracurriculares e de um trabalho na esfera produtiva requer um grande esforço, quando não o abandono parcial das aspirações pessoais e profissionais das mulheres. Os estabelecimentos comerciais próximos, por exemplo, favorecem essa conjugação do tempo; já o domínio dos shopping centers quebra os itinerários de proximidade de vida cotidiana das mulheres, que reclamam uma cidade complexa e de proximidade, com um bom transporte público e espaços públicos seguros que permitam liberdade de escolha.

Pois bem, se há mais de trinta anos a crítica feminista denuncia o viés das políticas urbanas que priorizam os homens e a cidade funcional, e que evidencia uma estrutura que não favorece a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, como é possível que ainda persista o pensamento da cidade por partes?

Nossa sociedade, alienada pelas imagens de consumo, esquece-se de olhar para além da superfície. Uma imagem vale mais que mil palavras e, neste caso, de maneira negativa. Um tecido urbano com edifícios e habitantes falsos é uma cenografia de discursos vazios que mascara a especulação imobiliária, que não se interessa pelo fim do domínio patriarcal.

Continua-se a pensar e projetar a cidade em pacotes monofuncionais, embora se tenham mudado as fachadas e as razões por meio das quais ela nos é apresentada. Por um lado, temos cenografias de casas unifamiliares com jardim, atividades de lazer e diversão para todos, e, por outro, evita-se o discurso de classe – logo, de reforma social – que havia por trás das propostas da primeira metade do século xx.

Rodovias e casas geminadas; falsas ampliações sem instalações educativas, sanitárias, culturais nem comércio; áreas de pavilhões industriais com terrenos ermos intermediários – esta é a paisagem da cidade, às vezes chamada cidade difusa para diminuir o impacto negativo que se causaria se fosse chamada não cidade ou subúrbio sem atributos, que se vem construindo sobre o território, além do modelo não sustentável de crescimento que depende do veículo privado e das energias não renováveis e poluidoras. Diante de tudo isso, várias perguntas emergem: Como os planejadores urbanos imaginam ser as vidas desses trabalhadores? Quantos carros há por

¹⁸ Montaner, Josep Maria e Muxí, Zaida. *Usos del temps i la ciutat*. Barcelona, Ajuntament de Barcelona, 2011.

moradia? Como se conjuga ter filhos e trabalhar, fazer as tarefas domésticas e trabalhar na esfera produtiva? Em suma, que vida é possível nesse mosaico infinito de fragmentos desconexos? Como escreveu César Naselli, essa fragmentação, desunião e incoordenação do meio ambiente é totalmente negativa: “Viver entre fragmentos e em um lugar que dissolve suas articulações estruturais é, precisamente, viver no espaço da alienação”, quando aquilo que seria necessário é “retecer a trama das relações humanas e sociais”.¹⁹

Tal como explicamos no capítulo “O mundo pós-Chernobyl”, essa cidade tardo-racionalista não deixa de ser uma repetição perversa da cidade moderna, que ainda podia ser entendida sob um ideal de igualdade universal para todas as classes, embora sua realização tenha estado longe disso.²⁰ A cidade por partes, das funções segregadas, degenerou em uma cidade triplamente segregada: por funções, por classe e por gênero.

Enquanto existirem duas esferas de trabalho – um trabalho remunerado, reconhecido e visível, e outro não remunerado, não reconhecido e invisível –, não se poderá falar de uma nova ordem simbólica. O sistema hierárquico patriarcal se baseia na divisão injusta de tarefas, independentemente do sexo que assuma cada papel de gênero (embora, atualmente, seja o gênero feminino que continua a ser desempenhado majoritariamente por mulheres, tal como demonstram as estatísticas mundiais). As mulheres trabalham mais horas e ganham menos, pois a maior parte dessas horas é dedicada às invisíveis tarefas da família, sem as quais não há produção. Portanto, um desafio para uma cidade mais justa e solidária é a corresponsabilidade social nessas tarefas imprescindíveis, e, para tanto, um planejamento urbano de proximidade também é imprescindível.

¹⁹ Naselli, César. *De ciudades, formas y paisajes*. Assunção, Arquna Ediciones, 1992.

²⁰ Veja: Montaner, Josep Maria e Muxí, Zaida. “La ciudad tardorracionalista”. *Revista Arquitectos*, n. 13, Lima, 2001.